

2 — Os encargos financeiros emergentes do presente contrato são satisfeitos pelas adequadas verbas a inscrever nos anos de 2016, 2017 e 2018 no orçamento da Parque Escolar, E. P. E..

28 de outubro de 2015. — A Secretária-Geral, *Alexandra Viana Ribeiro*.
309094676

Despacho n.º 13982/2015

O Conselho de Administração da Parque Escolar, E. P. E., no uso da competência que lhe foi delegada pela Ministra de Estado e das Finanças e pelo Ministro da Educação e Ciência, através do Despacho n.º 491/2014, de 27 de dezembro de 2013, publicado na 2.ª série do *Diário da República* em 10 de janeiro de 2014, e considerando que:

- a) A Parque Escolar, E. P. E., celebrou em 22 de janeiro p.p., o Acordo Quadro n.º 19/2014 para a prestação de patrocínio judiciário;
- b) A Parque Escolar, E. P. E., tem necessidade de encetar um procedimento para contratar a prestação de serviços de patrocínio judiciário;
- c) O procedimento em causa tem o preço base de € 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil euros);
- d) O contrato a celebrar vigorará pelo prazo de 3 anos, podendo ser prorrogado;
- e) O prazo de vigência do contrato a celebrar e o valor máximo dos encargos a suportar pela Parque Escolar, E. P. E., exigem a repartição destes pelos sucessivos anos económicos;
- f) Os encargos inerentes à celebração do mencionado contrato envolvem somente receitas próprias da Parque Escolar, E. P. E.; e
- g) A Parque Escolar, E. P. E., não tem quaisquer pagamentos em atraso.

Determinou na sessão do Conselho de Administração de 29 de outubro de 2015:

1 — Autorizar a abertura do procedimento para a celebração do contrato de prestação de serviços n.º 2 de patrocínio judiciário da Parque Escolar, ao abrigo do acordo quadro n.º 19/2014, até ao montante de € 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil euros), a acrescer de IVA à taxa legal em vigor, que envolve despesa em anos económicos diferentes, de acordo com a seguinte repartição:

Ano de 2016: € 95.000,00 (noventa e cinco mil euros), a acrescer de IVA à taxa legal em vigor;
 Ano de 2017: € 95.000,00 (noventa e cinco mil euros), a acrescer de IVA à taxa legal em vigor;
 Ano de 2018: € 35.000,00 (trinta e cinco mil euros), a acrescer de IVA à taxa legal em vigor;

2 — A repartição dos encargos decorrentes da execução do contrato a celebrar não pode exceder, em cada ano económico, os va-

lores fixados no número anterior, podendo, no entanto, o montante fixado e cada ano económico ser acrescido do saldo apurado no ano anterior.

3 — Os encargos financeiros emergentes do presente contrato são satisfeitos pelas adequadas verbas inscritas para ano de 2015 e a inscrever nos anos de 2016 e 2017 no orçamento da Parque Escolar, E. P. E..

29 de outubro de 2015. — A Secretária-Geral, *Alexandra Viana Ribeiro*.

309095607

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORTE ALENTEJANO, E. P. E.

Aviso (extrato) n.º 13856/2015

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 04 de agosto, sucessivamente alterado, conjugado com o Regulamento dos concursos de habilitação ao grau de consultor da carreira médica, aprovado pela Portaria n.º 217/2011, de 31 de maio, com as alterações constantes na Portaria n.º 356/2013, de 10 de dezembro:

Juan Manuel Urbano Galvez, Assistente Graduado de Medicina Interna, autorizado o reposicionamento remuneratório na respetiva categoria profissional da carreira especial médica, com efeitos a 01 de setembro de 2015, na sequência de procedimento concursal nacional de habilitação ao grau de consultor, aberto pelo Aviso n.º 848/2005, 2.ª série, publicado no *Diário da República*, n.º 21, de 31 de janeiro.

9 de novembro de 2015. — A Presidente do Conselho de Administração, *Dr.ª Dorinda Maria Carvalho Gomes Calha*.

209122011

Deliberação (extrato) n.º 2181/2015

Por deliberação de 14 de outubro de 2015 do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE:

Autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a Dr.ª Vera Maria Sargo Escoto, para a categoria de assistente graduado sénior hospitalar, área de medicina interna, após procedimento concursal, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, com efeitos a partir de 04 de setembro de 2015.

9 de novembro de 2015. — A Presidente do Conselho de Administração, *Dr.ª Dorinda Maria Carvalho Gomes Calha*.

209122166



PARTE H

ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Aviso (extrato) n.º 13857/2015

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se pública a cessação da comissão de serviço da Dra. Carla Maria Guerra Silva, no cargo de direção intermédia de 2.º grau, correspondente ao Gabinete de Apoio à Gestão da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, por extinção da mesma, pelo n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, com efeitos a 9 de agosto de 2015.

22 de outubro de 2015. — O Primeiro-Secretário Metropolitano, *Demétrio Carlos Alves*.

309116934

MUNICÍPIO DA AMADORA

Aviso n.º 13858/2015

Recrutamento mediante mobilidade interna na Categoria de 1 Técnico Superior (área de Psicologia ou Serviço Social)(M/F)

Para os devidos efeitos, torna-se público que a Câmara Municipal da Amadora, pretende recrutar, ao abrigo dos artigos 92.º a 100.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, através do regime de mobilidade interna na categoria, 1 Técnico Superior (área de Psicologia ou Serviço Social)(M/F).

1 — Requisitos gerais de admissão:

1.1 — Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado;

1.2 — Estar integrado na carreira técnica superior
 1.3 — Possuir Licenciatura em Psicologia ou Serviço Social.
 2 — Local de Trabalho: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Amadora.

3 — Condição preferencial: Perfil e experiência na área da Promoção e Proteção de Crianças e Jovens

4 — Remuneração: A correspondente à posição remuneratória detida pelo candidato.

5 — Duração da mobilidade: 12 meses eventualmente renovável

6 — Apresentação das candidaturas:

6.1 — Prazo: O prazo para apresentação de candidaturas é de dez dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso em DR.

6.2 — Forma: Não serão aceites candidaturas em suporte eletrónico. As candidaturas serão formalizadas, mediante requerimento a entregar no serviço de atendimento da Câmara Municipal da Amadora (Av. Movimento das Forças Armadas, 1 — Mina d'Água) sendo entregues pessoalmente no citado Serviço ou remetidas pelo correio, sob registo e com aviso de receção, para a Câmara Municipal da Amadora — D.G.R.H. — Av. Movimento das Forças Armadas, 1 — Mina d'Água — 2700-595 Amadora. Se assim o entenderem, os candidatos poderão indicar outros elementos que considerem relevantes para a apreciação do seu mérito.

6.3 — O requerimento de candidatura deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

6.3.1 — Fotocópia do comprovativo das habilitações literárias.

6.3.2 — Curriculum profissional detalhado do qual deve constar, designadamente, as habilitações literárias e/ou profissionais, as funções desempenhadas, bem como as atualmente exercidas, com indicação dos respetivos períodos de duração, e atividades relevantes, assim como, a formação profissional detida com indicação das ações de formação finalizadas (cursos e seminários) indicando a respetiva duração, datas de realização e entidades promotoras, juntando comprovativos da formação e da experiência profissionais.

6.3.3 — Declaração emitida pelo serviço público a que o candidato se encontra vinculado, da qual conste o vínculo à função pública, a carreira/categoria que possui, a antiguidade na carreira/categoria ou tempo de exercício da função, a avaliação de desempenho do último ano, a posição remuneratória detida aquando da apresentação da candidatura e a descrição das funções atualmente exercidas.

7 — Serão aplicados os seguintes métodos de seleção:

7.1 — Avaliação Curricular

7.2 — Entrevista profissional de seleção.

8 — Constituição do júri: Presidente: a Presidente da CPCJ da Amadora, Joana Garcia da Fonseca; 1.ª vogal: Técnica Superior, Ana Filipa Oliveira Domingos Moreira; 2.ª vogal efetiva: Técnica Superior, Fernanda Maria Antunes Ramalhoto.

9 — Quaisquer esclarecimentos sobre o presente procedimento serão fornecidos pela Divisão de Gestão de Recursos Humanos, através do telefone 214369023.

10 — A presente oferta de recrutamento será igualmente publicitada em www.bep.gov.pt, até ao 1.º dia útil seguinte à presente publicação e em Jornal de expansão nacional.

12 de novembro de 2015. — Por delegação da Presidente da Câmara, conferida pelo Despacho n.º 34/P/2013 de 1 de novembro 2013, a Vereadora Responsável pela Área de Recursos Humanos, *Rita Madeira*.

309127018

MUNICÍPIO DE ARRAILOS

Aviso n.º 13859/2015

Contrato de Trabalho em funções Públicas por Tempo Indeterminado

Para os devidos e legais efeitos e em conformidade com a alínea b), n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que foram celebrados, em 12 de outubro de 2015, contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o exercício de funções inerentes à carreira/categoria de Assistente Operacional (área de jardinagem), 1.ª posição remuneratória, nível 1 da tabela remuneratória única, a que corresponde a RMMG, presentemente fixada em 505,00€, na sequência de procedimento concursal, cujo Aviso de abertura foi publicado sob o n.º 291/2015, na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 6, de 09 de janeiro de 2015, com António Jacinto Lapa Courela, Bruno Miguel Moita Marques e Serafim António Farinha Esgalhado.

Para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri do período experimental é o mesmo do Procedimento Concursal.

28 de outubro de 2015. — A Presidente da Câmara, *Silvia Cristina Tirapicos Pinto*.

309087783

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Aviso n.º 13860/2015

Projeto de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho do Entroncamento e Tabela de Taxas

Jorge Manuel Alves de Faria, Presidente da Câmara Municipal de Entroncamento, torna público, ao abrigo da competência que lhe confere a alínea i) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que, por deliberação da Câmara Municipal tomada na sua reunião ordinária de 16 de novembro de 2015, e nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, é submetido a consulta pública, para recolha de sugestões, durante o período de 30 dias (úteis) a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, o projeto de “Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho do Entroncamento e tabela de taxas” o qual faz parte integrante do presente aviso.

Os eventuais interessados poderão dirigir, por escrito, as suas sugestões, dentro do período atrás referido, as quais deverão ser dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento, Largo José Duarte Coelho, 2330-078 Entroncamento ou para o endereço eletrónico da Câmara Municipal (obras@cm-entroncamento.pt).

O referido projeto de Regulamento encontra-se à disposição do público, para consulta, no Setor de Apoio Administrativo da Divisão de Gestão Urbanística e Obras, sito na Praça Marechal Carmona no Entroncamento, durante as horas normais de expediente e ainda no sítio www.cm-entroncamento.pt.

Para conhecimento geral se torna público o presente aviso e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos de estilo e ainda no sítio www.cm-entroncamento.pt.

17 de novembro de 2015. — O Presidente da Câmara Municipal, *Jorge Manuel Alves de Faria*.

309131708

MUNICÍPIO DE ESPINHO

Aviso n.º 13861/2015

Cessação da relação jurídica de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Em cumprimento do estipulado na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se pública a lista nominativa do trabalhador que cessou a sua relação jurídica de emprego público, por motivo de aposentação por limite de idade — Moisés de Lima Gomes Ferreira, Encarregado Operacional, colocado na 1.ª posição remuneratória e no nível remuneratório 8, com efeitos a 13 de setembro de 2015.

04 de novembro de 2015. — O Presidente da Câmara, *Dr. Joaquim José Pinto Moreira*.

309087304

MUNICÍPIO DE LOURES

Aviso (extrato) n.º 13862/2015

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Para os devidos efeitos, torna-se pública a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a partir de 19 de outubro de 2015, com Cátia Alexandra Nunes Veríssimo Ribeiro, Cátia Alexandra Pepe Pinto Costa, Carla Alexandra Saraiva dos Santos, Rafael Mendes Martins, Ângela Maria Fernandes Venâncio, Mafalda Filipa Dias Machado, a partir de 21 de outubro de 2015, com Maria do Céu Ludovina Belchior, e a partir de 09 de novembro de 2015, com Ana Margarida Gonçalves Soares Soares Gomes, para ocupação de postos de trabalho na categoria de Assistente Operacional/Educação da carreira geral de Assistente Operacional, na 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 1 da Tabela Remuneratória Única, no seguimento